



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

**Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre
A, 8º andar -Brasília – DF CEP 70.308-200**

Telefone: (61) 2027-3981 / 2027-3245 E-mail: conade@sdh.gov.br

**ATA DA CENTÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA.**

**Período matutino ao décimo sétimo dia de outubro do ano de
dois mil e dezessete**, foi dedicado à reunião das Comissões
Permanentes do Conade, cujos relatórios foram apresentados e
aprovados em Plenária.

Data: 17 de outubro de 2016 - Tarde

1 Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.

2 Da Associação Brasileira de Autismo; a titular Telma Maria Viga
3 de Albuquerque; da Associação Brasileira de Ostomizados; o
4 titular Rubens Gil Junior; da Associação de Pais, Amigos e
5 Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e
6 da Comunidade; a titular Lucia Maria Pereira Zacheu; o suplente
7 Francisco Djalma de Oliveira; da Associação Nacional dos
8 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos
9 e Pessoas com Deficiência; o titular Waldir Macieira da Costa
10 Filho; a suplente Maria Aparecida Gugel; da Central Única dos

11 Trabalhadores; o titular Flávio Henrique de Souza; da
12 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; o
13 titular José Antônio Ferreira Freire; da Confederação Nacional do
14 Comercio; o suplente Janilton Fernandes Lima; do Conselho
15 Federal de Engenharia e Agronomia; o titular Osvaldo Luiz
16 Valinote; da Federação da Associação de Renais e
17 Transplantados do Brasil; o titular João Adilberto Pereira Xavier;
18 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; o
19 suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; da Federação Brasileira
20 das Associações de Síndrome de Down; a titular Glauciane
21 Costa Santana; do Movimento de Reintegração das Pessoas
22 Atingidas pela Hanseníase; a titular Lucimar Batista da Costa; da
23 Federação Nacional das Apaes; o titular Adinilson Marins dos
24 Santos; o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Federação
25 Nacional das Associações Pestalozzi; o titular Marco Antônio
26 Castilho Carneiro; da Associação Brasileira de Rugby em
27 Cadeiras de Rodas; o titular Luís Claudio Alves Pereira; da
28 Ordem de Advogados do Brasil; o titular Joaquim Santana Neto;
29 da Organização de Cegos do Brasil; o suplente William Ferreira
30 da Cunha.

31 **Ausência Justificada:** da Federação Nacional de Educação e
32 Integração dos Surdos; o titular Francisco Eduardo Coelho da
33 Rocha; da Organização de Cegos do Brasil; o titular Clovis
34 Alberto Pereira;

35 **Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo.**

36 Da Casa Civil da Presidência da República; a titular Milena Souto
37 Maior de Medeiros; dos Conselhos Estaduais; a titular Maria
38 Helena Mozena; dos Conselhos Municipais; a titular Ana Beatriz
39 Silva Thé Praxedes; o suplente Sérgio Luiz Celestino da Silva; do
40 Ministério da Justiça; a titular Magda Fernanda M. Fernandes; do
41 Ministério da Saúde; a suplente Flávia da Silva Tavares; do
42 Ministério das Comunicações; a titular Elza Maria Del Negro
43 Barroso Fernandes; do Ministério do Desenvolvimento Social e
44 Combate a Fome; a titular Niusarete Margarida de Lima; o
45 suplente Wallace Dias Freitas; do Ministério do Esporte; o titular

46 Cláudio Luiz Pinheiro da Silva; do Ministério do Transporte; a
47 suplente Ana Cláudia Silveira Torres;

48 **Ausência Justificada:** do Ministério do Trabalho e Emprego;
49 Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério das
50 Relações Exteriores; o titular Carlos Fernando Gallinal Cuenca; o
51 suplente Laura Berdine Santos Delamonica;

52

53

54 Ao décimo sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e
55 dezesseis, reuniram-se no auditório da Secretaria Especial de
56 Direitos Humanos, os conselheiros do CONADE - Conselho
57 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - a fim de
58 realizarem a centésima sexta reunião ordinária do referido
59 conselho. Inicialmente o presidente do conselho senhor
60 presidente Flávio Henrique de Souza (Cut), deu as boas-
61 vindas aos presentes e aos internautas que acompanhavam a
62 transmissão *on line* e posteriormente foi realizada a chamada
63 governamental pela conselheira Ana Beatriz The Praxedes
64 (Repres. Cons. Municipais) e ao término da mesma a chamada
65 da sociedade civil pela conselheira Glauciane Costa Santana
66 (Fbasd). Em seguida os suplentes e os acompanhantes foram
67 apresentados à plenária. Após a verificação do quórum, a
68 conselheira Ana Beatriz The Praxedes (Repres. Cons.
69 Municipais) procedeu com a leitura da pauta, que foi aprovada
70 pelos conselheiros presentes após votação. Dando sequência à
71 pauta, iniciaram-se as apresentações das comissões. O
72 Conselheiro Waldir Macieira (Ampid) realizou a
73 apresentação da CAN-Comissão de Atos Normativos, onde
74 pontuou a questão da deficiência auditiva unilateral e passou a
75 palavra ao conselheiro Felipe Trigueiro Xavier (Feneis), para que
76 dissesse aos presentes a respeito do andamento da
77 tramitação do projeto de lei sobre a referida questão na câmara
78 dos deputados. Felipe Trigueiro Xavier (Feneis) falou aos
79 presentes sobre a sua participação em duas reuniões, uma
80 inclusive com o senador Paulo Paim, onde ressaltou a
81 dificuldade de o texto ser aprovado pela possibilidade de ser

82 considerado inconstitucional e por divergência de informações
83 não conseguiram chegar a um consenso para aprovação do
84 referido texto. O Conselheiro Waldir Macieira (Ampid) voltou a
85 falar sobre a tramitação do processo e esclareceu que de
86 acordo com o texto: deficiência auditiva é a limitação de longo
87 prazo da audição unilateral ou bilateral, parcial ou total, da qual
88 a interação com uma ou mais barreiras postas pelo meio
89 obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade
90 em igualdade de condições com as demais pessoas. O
91 Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) ressaltou que no
92 Parecer sobre deficiência auditiva unilateral que observassem a
93 LBI - Lei Brasileira de Inclusão - em especial o artigo segundo
94 e seus parágrafos. O presidente abriu o debate para plenária.
95 O conselheiro Rubens Gil Junior (Abraso) solicitou à FENEIS
96 que fizesse um pronunciamento sobre a sua opinião com
97 relação à lei para que o mesmo se sentisse melhor esclarecido,
98 o que foi reforçado pelo conselheiro Janilton Fernandes Lima
99 (CNC). O Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) pontuou
100 que houve o advento da Convenção e agora da LBI e que
101 precisariam rediscutir esse tema. O Senhor Alcebíades Junior
102 do conselho estadual de São Paulo esclareceu à plenária
103 quando do surgimento da FENEIS, reforçando a sua importância
104 e salientou ainda que é necessária uma cautela para além do
105 científico para essas questões culturais de empoderamento de
106 luta dos lados desse pólo, para essas decisões, bem como um
107 consenso entre a comunidade surda e o relator da lei. Dando
108 seguimento ao debate Moisés Bauer Luiz (SNPD) falou sobre a
109 sua ótica com relação ao assunto e disse não ver uma questão
110 de disputa de espaço, mas sim a forma inadequada de se
111 conceituar a deficiência. O Senhor Alcebiades Junior então disse
112 ter se expressado mal e sentiu-se contemplado com a fala de
113 Moisés Bauer Luiz. A conselheira Ana Beatriz The Praxedes
114 (Repres. Cons. Municipais) ponderou que o maior desafio dessa
115 lei, será que pessoas que tenham perda auditiva unilateral leve,
116 por exemplo, e quem impacto praticamente zero na vida, sejam
117 beneficiadas por uma lei que na verdade eram para beneficiar
118 outras pessoas que teriam necessidades maiores e reforçou
119 que uma das grandes preocupações que o Conselho e a

120 Secretaria deveriam ter o mais rápido possível definir o índice
121 brasileiro de funcionalidade. Após várias discussões o
122 presidente Flávio Henrique de Souza (Cut) propôs que fosse
123 conversado com a liderança dos direitos humanos no
124 congresso, no caso o senador Paulo Paim, falou ainda sobre a
125 necessidade de oficializar a posição do CONADE a respeito da
126 temática por meio de um documento produzido pela CAN que
127 ajudaria os demais setores na qualificação dessa discussão.
128 Dando continuidade à apresentação da CAN, O Conselheiro
129 Waldir Macieira (Ampid) falou sobre o segundo ponto do
130 relatório, que teve como relator o conselheiro Adinilson Marins
131 (Fenapae) que após examinar o pedido de projeto sobre
132 acessibilidade na política enviado pelo senhor Djalma Santos de
133 Santana se posicionou pela rejeição do mesmo, uma vez tratar-
134 se de cláusula pétrea, os demais membros da CAN
135 concordaram com o posicionamento de Adinilson Marins. O
136 terceiro ponto do relatório, tratou dos encaminhamentos
137 realizados na quarta conferência nacional da pessoa com
138 deficiência, a CAN propôs que fosse encaminhado um ofício
139 circular para cada órgão responsável por determinada atribuição
140 para conhecimento e posicionamento num prazo de trinta dias
141 do órgão em questão. A conselheira Elza Maria Del Negro
142 Barroso Fernandes (Ministério das Comunicações) ponderou que
143 o ofício deveria ser acompanhado de um contato da Secretaria
144 ou do CONADE, com os órgãos, pois, segunda a mesma uma
145 coisa é quem participa e outra coisa é quem decide e nem
146 sempre as duas estão interligadas. Os conselheiros Waldir
147 Macieira (Ampid) e Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi)
148 concordaram que esse encaminhamento do ofício deveria
149 aplicar-se também às demais comissões. Presidente Flávio
150 Henrique de Souza (Cut), esclareceu que esse ponto foi
151 colocado propositalmente na pauta, para que houvesse um
152 debate sobre o papel do CONADE, que é de acompanhar,
153 monitorar, fiscalizar, propor ajustes para que de fato se dê na
154 prática essa política. O coordenador da CAN, o Conselheiro
155 Waldir Macieira (Ampid) ainda esclareceu à plenária e à
156 ONCB que por conta de dificuldades operacionais a CAN,
157 ainda não tinha se posicionado à respeito do Decreto 8.205

158 que trata da reavaliação do BPC, embora considere uma
159 questão importantíssima. Após a finalização da apresentação da
160 CAN o presidente Flávio Henrique de Souza (Cut) parabenizou
161 à comissão pelo trabalho e consultou os presentes sobre a
162 aprovação do relatório em questão, o mesmo foi aprovado pela
163 plenária por meio de votação. O conselheiro Rubens Gil Junior
164 (Abraso) solicitou ao presidente Flavio Henrique que o relatório
165 da CAC fosse apresentado no dia seguinte, o que foi
166 aprovado após consulta à plenária. Dando continuidade às
167 apresentações das comissões, a CPP Comissão de Políticas
168 Públicas, teve o seu relatório apresentado pelo Marco Antonio
169 Castilho Carneiro (Fenapestalozzi), que destacou como pontos
170 de pauta: 1-eleição de um novo coordenador, 2- ofício 113/2016
171 encaminhado pela ONCB, 3-apreciação das propostas da
172 quarta conferência, 4- resposta da ouvidoria nacional de direitos
173 humanos, 5-resposta da secretaria especial dos direitos da
174 pessoa com deficiência, 6-resposta também da secretaria
175 especial e relatório. Após a apresentação do relatório, a
176 conselheira Magda Fernanda M. Fernades (MJ) falou da sua
177 preocupação com relação à metodologia de acompanhamento
178 dessas atividades e que deveriam pensar em uma série de
179 mecanismos para assegurar o monitoramento das propostas da
180 4ª Conferência. A conselheira Ana Beatriz The Praxedes
181 (Repres. Cons. Municipais) falou sobre a importância da
182 sistematização das propostas e que o conselho tem uma
183 tarefa maior do que imaginavam e para isso sugeriu que essa
184 temática fosse incluída na pauta da próxima reunião com a
185 criação de um grupo de trabalho focado em responder as
186 demandas dos órgãos com relação aos ofícios enviados sobre
187 as deliberações da quarta conferência. O presidente Flávio
188 Henrique pontuou em sua fala que uma das queixas da
189 sociedade, foi com relação a um monitoramento mais preciso do
190 CONADE com relação aos encaminhamentos da terceira
191 conferência e que o CONADE de fato não conseguiu suprir essa
192 demanda e sugeriu que na reunião de dezembro fosse
193 acrescentado mais um dia para discussão dos
194 encaminhamentos da quarta conferência. Moisés Bauer Luiz
195 (SNPD) pontuou que com relação ao monitoramento é

196 importante lembrar que os conselheiros que forem pensar a
197 metodologia se coloquem na condição de gestor público. A
198 conselheira Lucimar Batista da Costa (Morhan) propôs que o
199 relatório da CPP fosse aprovado somente no dia seguinte, após
200 uma nova discussão com os demais membros do conselho que
201 não estavam presentes no momento. Presidente Flávio
202 Henrique de Souza (Cut), deliberou então que fosse retirada no
203 momento da votação a questão da quarta conferência para ser
204 deliberada posteriormente, juntamente com as demais comissões
205 que ainda se apresentarão e colocou em votação o relatório da
206 CPP, que foi aprovado após realização de votação. O
207 presidente Flávio Henrique de Souza solicitou que fosse
208 registrado em ata a impossibilidade do conselheiro Marco
209 Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) participar do último
210 dia reunião, no caso dia dezanove de outubro, por conta de
211 outra agenda já definida previamente. Dando sequência à
212 pauta a próxima comissão que apresentou o seu relatório foi a
213 COF-Comissão de Orçamento e Finanças. Luiz Cláudio Pereira
214 (ABRC) o coordenador da comissão expôs à plenária as pautas
215 que lhes foram entregues: a análise e revalidação do relatório
216 da conferência dos direitos humanos e informações
217 orçamentárias sobre receitas e despesas das Paraolimpíadas
218 Rio 2016. Por falta de quórum para aprovação do relatório
219 passou-se então para apresentação da próxima comissão
220 CCS-Comissão de Comunicação Social, apresentada pela
221 conselheira Glauciane Costa Santana (Fbasd), que pontuou que
222 todos os itens que lhes foram expostos têm que contar com a
223 participação da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência,
224 a fim de que haja um melhor monitoramento das ações,
225 salientou ainda a necessidade das comissões estarem atentas a
226 alguns itens específicos e de uma consulta mais abrangente no
227 plano Viver sem Limites, dentre outros. A conselheira Telma Viga
228 (Abra) complementou a fala de Glauciane Costa Santana
229 realizando esclarecimentos acerca do funcionamento das salas
230 multi-funcionais. Glauciane Costa Santana (Fbasdown) falou aos
231 presentes sobre a página do CONADE no Facebook e ressaltou
232 que se algum conselheiro tivesse alguma contribuição a ser
233 dada para que fosse publicada no Facebook poderia

234 encaminhar a ela. Nada mais tendo a ser discutido, os dois
235 relatórios da COF e da CCS foram aprovados, após realização
236 de votação. Com isso, deu por encerrados os trabalhos do dia.

237

238

239 **Data: 18 de outubro de 2016**

240 **Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.**

241

242 Da Associação Brasileira de Autismo; a titular Telma Maria Viga
243 de Albuquerque; da Associação Brasileira de Ostomizados; o
244 titular Rubens Gil Junior; da Associação de Pais, Amigos e
245 Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e
246 da Comunidade; a titular Lucia Maria Pereira Zacheu; o suplente
247 Francisco Djalma de Oliveira; da Associação Nacional dos
248 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos
249 e Pessoas com Deficiência; o titular Waldir Macieira da Costa
250 Filho; da Central Única dos Trabalhadores; o titular Flávio
251 Henrique de Souza; da Confederação Brasileira de Desporto de
252 Deficientes Visuais; o titular José Antônio Ferreira Freire; da
253 Confederação Nacional do Comercio; o titular Alexandre
254 Sampaio de Abreu; o suplente Janilton Fernandes Lima; do
255 Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; o titular Osvaldo
256 Luiz Valinote; da Federação da Associação de Renais e
257 Transplantados do Brasil; o titular João Adilberto Pereira Xavier;
258 da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; o
259 suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; da Federação Brasileira
260 das Associações de Síndrome de Down; a titular Glauciane
261 Costa Santana; do Movimento de Reintegração das Pessoas
262 Atingidas pela Hanseníase; a titular Lucimar Batista da Costa; da
263 Federação Nacional das Apaes; o titular Adinilson Marins dos
264 Santos; o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Associação
265 Brasileira de Rugby em Cadeiras de Rodas; o titular Luís Claudio
266 Alves Pereira; da Ordem de Advogados do Brasil; o titular
267 Joaquim Santana Neto; da Organização de Cegos do Brasil; o
268 suplente William Ferreira da Cunha.

269 **Ausência Justificada:** Da Federação Nacional de Educação e
270 Integração dos Surdos; o titular Francisco Eduardo Coelho da
271 Rocha; da Organização de Cegos do Brasil; o titular Clovis
272 Alberto Pereira; da Organização de Cegos do Brasil; a titular
273 Carmem Lucia Lopes Fogaça;

274 **Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo.**

275 Da Casa Civil da Presidência da República; a titular Milena Souto
276 Maior de Medeiros; dos Conselhos Estaduais; a titular Maria
277 Helena Mozena; dos Conselhos Municipais; a titular Ana Beatriz
278 Silva Thé Praxedes; o suplente Sérgio Luiz Celestino da Silva; do
279 Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação; a suplente
280 Gianine Portela Parizocto; do Ministério da Saúde; a suplente
281 Flávia da Silva Tavares; do Ministério das Comunicações; a
282 titular Elza Maria Del Negro Barroso Fernandes; do Ministério do
283 Desenvolvimento Social e Combate a Fome; a titular Niusarete
284 Margarida de Lima; do Ministério do Esporte; o titular Cláudio
285 Luiz Pinheiro da Silva;

286 **Ausência Justificada:** do Ministério da Justiça; a suplente
287 Magda Fernanda M. Fernandes; do Ministério das Cidades; a
288 suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito; do Ministério das
289 Relações Exteriores; o titular Carlos Fernando Gallinal Cuenca; o
290 suplente Laura Berdine Santos Delamonica; do Ministério do
291 Trabalho e Emprego; Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti

292 Ao décimo oitavo dia do mês de outubro do ano de dois mil e
293 dezesseis, reuniram-se no auditório da Secretaria Especial de
294 Direitos Humanos os conselheiros do CONADE Conselho
295 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência a fim de
296 realizarem a centésima sexta reunião ordinária do referido
297 conselho. Após o presidente dar as boas vindas aos presentes
298 e aos internautas foi iniciada a chamada governamental e da
299 sociedade civil realizada pela conselheira Glauciane Costa
300 Santana (Fbasd), bem como a leitura da pauta. O presidente
301 Flávio Henrique de Souza (Cut) lembrou aos presentes que o
302 CONADE tem que cumprir o seu papel de acompanhamento,
303 monitoramento e debate sobre as deliberações da conferência e

304 que fariam uma discussão nesta data sobre isso. A Conselheira
305 Elza Maria Del Negro Barroso Fernandes falou à plenária que
306 na questão do monitoramento é necessário se ter cuidado,
307 pois se não forem realizadas atividades em parceria com a
308 secretaria corriam o risco de não terem efetividade alguma.
309 Após uma rodada de discussões, o conselheiro O Conselheiro
310 Waldir Macieira (Ampid) pontuou os itens a serem votados:
311 o ofício circular direcionado aos ministérios e órgãos
312 responsáveis pela efetivação dos eixos, dando um prazo
313 de trinta dias para informações a respeito das providências
314 tomadas, formação de uma comissão que ficaria sob a
315 responsabilidade da CPP-Comissão de Políticas Públicas, onde
316 demais conselheiros poderiam participar voluntariamente, que
317 seja colocado em pauta em cada reunião do CONADE um ou
318 dois pontos de eixos chamando os respectivos responsáveis
319 pela realização deles e a sistematização da quarta
320 conferência nacional da pessoa com deficiência, o que foi
321 aprovado após realização de votação. Dando sequência às
322 apresentações, o coordenador da CAC Rubens Gil Júnior
323 (Abraso) realizou a apresentação do relatório, que iniciou sua
324 fala solicitando uma questão de ordem com relação à inclusão
325 na pauta da discussão sobre a PEC 241, pois segundo o
326 mesmo trata-se de um assunto relevante principalmente às
327 pessoas com deficiência. O presidente Flávio Henrique de
328 Souza (Cut) disse também considerar um assunto importante
329 e abriu a fala à plenária para que se pronunciassem a
330 respeito. Moisés Bauer Luiz, diretor de políticas temáticas
331 da secretaria da pessoa com deficiência, prestou à plenária
332 esclarecimentos sobre a PEC 241, onde colocou que a PEC
333 241 impõe um teto sobre os gastos públicos, que segundo o
334 mesmo, num momento de crise em que o país vem
335 enfrentando é uma medida que se faz extremamente
336 necessária e os conselheiros governamentais não se
337 posicionaram contrário ao governo, conforme já haviam
338 discutido anteriormente, mas disse considerar legítima
339 e válida a manifestação da sociedade civil com relação à
340 temática em questão. Após as falas dos conselheiros Rubens
341 Gil Júnior (Abraso), Waldir Macieira (Ampid), Adinilson Marins

342 dos Santos (Fenapae), Lucimar Costa (Morhan) e Ana Beatriz
343 The Praxedes (Repres. Cons Municipais) com relação ao
344 debate da PEC 241, foi aprovado após realização de votação
345 que o CONADE se manifestará sobre a PEC 241, após
346 realização de estudo e análise a serem executados pela
347 CAN-Comissão de Assuntos Normativos, depois encaminhado
348 o parecer aos demais conselheiros para que possam
349 tomar ciência e/ou se manifestarem caso julgarem
350 necessário. Dando continuidade à pauta o conselheiro
351 Rubes Gil Junior (abraso), coordenador da CAC, fez a
352 apresentação do relatório da comissão que tinha como itens
353 de discussão: a capacitação/ evento a ser realizado em
354 dezembro, a quarta conferência e seus encaminhamentos, a
355 situação do Conselho Estadual de Roraima que vem
356 encontrando resistência por parte da prefeita de Boa Vista, para
357 criação do conselho municipal da pessoa com deficiência.
358 O conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
359 (Fenapestalozzi) solicitou esclarecimentos com relação às
360 mudanças apresentadas para realização da
361 capacitação. O Conselheiro Rubens Gil Junior (Abraso) falou
362 sobre a reunião da presidência ampliada onde a secretária
363 Rosinha da Adefal (SNPD) expôs a possibilidade de utilizar
364 recursos do Prodoc, que é um programa de cooperação
365 internacional para custear as despesas dos participantes do
366 evento que não fossem funcionários públicos. O presidente
367 Flávio Henrique de Souza comunicou aos presentes sobre a
368 presença da secretária Rosinha da Adefal (SNPD) na plenária.
369 Ana Beatriz The Praxedes (Repres. Cons Municipais), membro
370 da CAC, disse que também discutiram a estratégia de seleção
371 criteriosa de alguns municípios para que estes que venham
372 participar sejam corresponsáveis com os conselhos estaduais
373 na multiplicação da capacitação. Com a palavra a secretária
374 Rosinha da Adefal (SNPD) falou aos presentes que, conforme
375 já tinha comunicado anteriormente a alguns membros do
376 conselho, assumiu a câmara na condição de suplente, embora
377 tenha relutado acerca da decisão tendo em vista a sua
378 atuação na secretaria especial dos direitos da pessoa com
379 deficiência, mas disse também saber dos seus deveres

380 enquanto grupo político. Falou ainda aos presentes que
381 Moisés Bauer Luis, ficará em sua interinidade, pediu
382 desculpas pela sua falta de habilidade com relação à ida no
383 evento da ONU, falou sobre o evento de capacitação a ser
384 realizado em dezembro e reafirmou seu compromisso para
385 com a causa das pessoas com deficiência dentro da câmara.
386 O conselheiro Décio Gomes Santiago (Onedef) falou da sua
387 alegria em ter Rosinha da Adefal na câmara como
388 representante das pessoas com deficiência e a parabenizou
389 pelo trabalho realizado na secretaria. Com relação ao relatório
390 da CAC no item que trata da questão do conselho estadual de
391 Roraima, Moisés Bauer Luiz (SNPD), solicitou que fosse
392 reconsiderado o número de conselheiros do CONADE a
393 participarem da articulação municipal, tendo em vista a falta de
394 recursos financeiros por parte da secretaria para realização de
395 tal ação. Ana Beatriz The Praxedes (Repres. Cons. municipais)
396 afirmou tratar-se de uma situação bem complicada, pois a
397 prefeita havia sido reeleita e continuaria apresentando
398 resistência com relação à criação do conselho municipal. O
399 Conselheiro Waldir Macieira (Ampid) disse já ter vivenciado
400 situação semelhante onde havia sido o único representante do
401 conselho a participar da reunião e considerou como exitosa a
402 sua participação. A conselheira Maria Helena Mozena (Repres.
403 Cons. Estaduais) endossou a fala de Ana Beatriz The
404 Praxedes, disse sentir que o conselho estadual ansiava pela
405 presença do presidente do CONADE. Após realização de
406 votação o relatório da CAC foi aprovado por unanimidade. Após
407 as considerações da secretária Rosinha da Adefal, o
408 presidente Flávio Henrique de Souza dispensou a plenária
409 para o almoço.

410
411
412 Dando continuidade na pauta no período da tarde, foi
413 realizada a chamada da sociedade civil pela conselheira
414 Glauciane Costa Santana (Fbsdown) e a chamada
415 governamental foi realizada pela conselheira Ana Beatriz
416 The Praxedes (Repres. Cons Municipais). Posteriormente o
417 presidente Flávio Henrique de Souza (Cut), lembrou aos

418 presentes que com relação à deliberação realizada no
419 período da manhã do CONADE se manifestar após estudo
420 com relação à PEC 241 era necessário que fosse
421 estabelecido um prazo para que a CAN elaborasse a nota. O
422 conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB), também expôs a
423 sua preocupação com relação ao prazo para manifestação
424 sobre a PEC 241. Assim sendo, o presidente Flávio Henrique
425 de Souza sugeriu um prazo de oito dias para a CAN elaborar a
426 nota em nome do CONADE, sobre a PEC 241 e solicitou ao
427 Assessor José Carlos (Conade), que encaminhasse então
428 aos conselheiros a nota por e-mail para que estes analisem se
429 há a necessidade de alguma ponderação acerca da nota. O
430 conselheiro Adinilson Marins dos Santos (Fenapae), disse
431 considerar dez dias muito pouco para análise da PEC 241 e
432 afirmou que conforme o regimento do CONADE toda matéria
433 necessita do aval da plenária. O conselheiro Rubens Gil Junior
434 (Abraso) lembrou aos demais que a matéria já havia sido
435 discutida pela manhã e que já havia essa deliberação acerca
436 da mesma, Glauciane Costa Santana (Fbasdown) concordou
437 com Rubens Gil Junior (abraso) e disse acreditar na
438 importância desse pronunciamento do CONADE o quanto
439 antes, por conta da celeridade em que os fatos políticos tem
440 se dado no país. Adinilson Marins dos Santos
441 (Fenapae), prestou esclarecimentos com relação à
442 tramitação legal de uma PEC, reforçando tratar-se de uma
443 regra constitucional que não pode ser mudada. O
444 presidente Flávio Henrique de Souza, falou aos
445 presentes que em se tratando de governo, dependendo da
446 urgência da pauta, há uma autonomia e uma articulação livre
447 para acelerar algumas etapas, não tendo como se garantir
448 nessa tramitação, para pensar o prazo da manifestação do
449 CONADE com relação à PEC 241. Dando continuidade à pauta,
450 o técnico César Augusto do ministério do planejamento realizou
451 a apresentação da ferramenta V Libras para a plenária. Após a
452 apresentação o presidente Flávio abriu aos conselheiros para
453 que fizessem seus questionamentos ou considerações. A
454 conselheira Milena Souto Maior de Medeiros (Casa Civil), fez
455 um questionamento com relação à adaptação para os sítios

456 eletrônicos. A conselheira Elza Maria Del Negro Barroso
457 Fernandes (M. Comunicações), falou da sua participação no
458 treinamento da ferramenta V Libras, da necessidade de um
459 maior aprimoramento da mesma para que possa alcançar um
460 maior número de pessoas a serem beneficiadas, por meio
461 dessa utilização e da importância da parceria entre o ministério
462 do planejamento e o CONADE, para o fortalecimento desse
463 processo. O conselheiro Filipe Trigueiro Xavier (Feneis), disse
464 também, ter participado do treinamento do V Libras e de
465 acordo com sua análise há alguns pontos polêmicos a serem
466 discutidos com relação à ferramenta, principalmente com
467 relação à parte lingüística e disse que em sua opinião o MEC
468 precisaria estar junto com o Ministério do planejamento na
469 construção, bem como a realização de projeto que
470 englobassem os professores de mestrado e doutorado do Brasil,
471 para que ajudassem na parte dos sinais e na linguística,
472 terminou falando achar impossível um avatar substituir um
473 interprete humano, porque a língua é muito viva e os interpretes
474 tem a possibilidade de realizarem algumas adaptações que a
475 máquina certamente não conseguirá realizar. Conselheiro
476 Francisco Djalma de Oliveira (APABB) e Marco Antonio Castilho
477 Carneiro (Fenapestalozzi), parabenizaram a iniciativa do
478 ministério do planejamento em desenvolver uma
479 ferramenta que visasse beneficiar a população com
480 deficiência auditiva, o Conselheiro Marco Antonio Castilho
481 Carneiro (Fenapestalozzi) reforçou a necessidade de o
482 ministério do planejamento dialogar com MEC, acerca dos
483 aprimoramentos a serem realizados no V Libras. O Senhor
484 César Augusto (MPOG) falou sobre as considerações
485 realizadas pelos conselheiros, disse que a adaptação do V
486 Libras a qualquer sistema é uma coisa bem fácil, citou como
487 exemplos o aeroporto e um balcão de informações, falou
488 também da necessidade do ministério do planejamento
489 repassar a administração da ferramenta para outra entidade, e
490 que considerava o Conade muito apropriado para isso, disse
491 ainda que o VLibras será muito útil sim, porém enfrenta os
492 mesmos desafios que as demais ferramentas de tradução
493 apresentam. Dando continuidade às inscrições, Niusarete

494 Margarida de Lima (MDS) iniciou a sua fala parabenizando o
495 Ministério do Planejamento, por continuar na busca de
496 ferramentas públicas para a acessibilidade e disse da
497 necessidade de se disseminar mais essas informações.
498 Alcebiades Junior (Cons de SP), falou das potencialidades da
499 ferramenta, porém ressaltou que a tradução ainda é uma
500 tradução automática, descontextualizada em alguns momentos,
501 com a definição de palavras e escolhas lexicais que nem
502 sempre vão permitir um acesso à informação completa, isso
503 pode causar equívoco, porém é normal, segundo o mesmo, de
504 ferramentas de tradução e finalizou reiterando a fala de Filipe
505 Trigueiro (Feneis). A Senhora Núbia Viana pesquisadora da
506 UNICAMP, fez um questionamento relacionado à utilização
507 da ferramenta V Libras na área da saúde, falou também sobre
508 o decreto 5626 que regulamenta a lei de libras e sobre a
509 necessidade de democratizar ao máximo o acesso à saúde das
510 pessoas. O Senhor César Augusto (MPOG), agradeceu as
511 palavras de Niusarete, disse que com relação à saúde pública
512 os sinais podem ser construídos colaborativamente e inseridos
513 no sistema e por fim falou sobre uma pesquisa de satisfação
514 acadêmica que havia sido realizada acerca da ferramenta,
515 VLibras. O presidente Flávio Henrique de Souza
516 agradeceu a participação de César Augusto (MPOG), deu
517 continuidade à pauta da reunião que contou na seqüência com
518 a apresentação da senhora Liliane Gonçalves Bernardes,
519 assessora da secretaria dos direitos da pessoa com
520 deficiência que falou sobre o cadastro nacional e a formação do
521 comitê que vai tratar tanto da inclusão que está previsto na LBI,
522 quanto da avaliação unificada da deficiência que também foi
523 estabelecida pela LBI, por se tratarem de assuntos
524 relacionados. Como principais competências do comitê,
525 segundo a apresentação da Liliane Goncalves , tem que se criar
526 os instrumentos para avaliação da deficiência, estabelecer as
527 diretrizes, definir estratégias e adotar medidas para subsidiar
528 a validação técnico científica dos instrumentos, promover
529 a multiprofissionalidade e a interdisciplinaridade na
530 avaliação, articular a implantação dessa avaliação no âmbito da
531 administração pública federal, monitorar e coordenar a

532 implantação dos instrumentos de avaliação em cada órgão
533 e entidade da administração pública federal, considerando as
534 especificidades das avaliações setorialmente realizadas e
535 disseminar as informações pra implantação dessa avaliação e
536 também promover a participação das pessoas com
537 deficiência, como a própria convenção diz. A Senhora Liliane
538 Bernades (SNPD) falou também sobre o ofício que foi enviado
539 a alguns órgãos para que indicassem seus representantes
540 para compor o comitê e que algum órgão ainda não tinha se
541 pronunciado com relação a essa representatividade. O
542 presidente Flávio Henrique de Souza, abriu à plenária para as
543 intervenções. Ana Beatriz The Praxedes (Repres. Cons.
544 municipais) falou sobre uma reunião em que já haviam sido
545 discutidos alguns nomes como indicação do CONADE, para
546 compor o comitê e se manifestou como interessada em fazer
547 parte do mesmo. Rubens Gil Junior (Abraso) em sua fala
548 mostrou sua preocupação com a pouca quantidade de
549 representantes do CONADE, já que alguns órgãos haviam
550 indicado quatro nomes segundo Liliane Bernardes disse, e
551 sugeriu que tivesse pelo menos uma representatividade de
552 cada segmento do CONADE para que as discussões não
553 ficassem prejudicadas acerca de temáticas específicas.
554 O conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB), reiterou a
555 fala de Rubens Gil Junior (Abraso). A Conselheira
556 Glauciane Costa Santana (Fbasdown) e Luiz Cláudio
557 Pereira (ABRC), também fizeram uso da palavra com relação
558 à referida temática, a conselheira Glauciane Costa Santana
559 (Fbasdown), demonstrou preocupação com relação à
560 harmonização entre a LBI e esse instrumento de avaliação, já
561 o Conselheiro Luiz Cláudio Pereira (ABRC), endossou a
562 preocupação levantada por Rubens Gil Junior. A
563 Conselheira Lucimar Batista da Costa (Morhan) fez um
564 questionamento com relação à participação dos órgãos
565 de controle. Em resposta ao questionamento de Glauciane
566 Costa Santana, A Senhora Liliane Bernardes disse que a
567 convenção é constitucional, ou seja, se não estiver em
568 harmonia com a LBI- Lei Brasileira de Inclusão, há um grande
569 risco de terem que enfrentar a judicialização, o que segundo

570 ela deve ser evitado ao máximo. Liliane Bernardes disse ainda
571 que os órgãos de controle e o comitê sinta a necessidade de
572 sua participação em um dado momento, serão convidados a
573 compor a discussão. Posteriormente os conselheiros
574 Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi),
575 Niusarete Margarida de Lima (MDS), Luiz Claudio Pereira
576 (ABRC) fizeram algumas considerações acerca do instrumento
577 de avaliação. O presidente Flávio Henrique de Souza
578 reafirmou as palavras de Liliane Bernardes, no que tange a um
579 maior número de conselheiros a serem indicados para o
580 comitê, pois a mudança de tal norma só pode ser alterada
581 dentro do próprio comitê, ou seja, será necessário fazer essa
582 discussão no comitê após a indicação dos dois representantes
583 do CONADE. Rubens Gil Junior (Abraso), solicitou que fosse
584 feito menção no pleito sobre o Grupo de Trabalho citado pelo
585 o Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
586 (Fenapestalozzi), o que possibilita a participação de outras
587 pessoas, além dos integrantes do comitê, nas discussões
588 acerca do instrumento de avaliação. A Senhora Liliane
589 Bernardes em sua fala reafirmou a possibilidade da criação
590 do GT para discutir assuntos referentes à temática, falou
591 também sobre a importância dos instrumentos de
592 avaliação passarem por validações periódicas e reforçou a
593 necessidade do CONADE em indicar os membros o quanto
594 antes para que as discussões comecem no âmbito do comitê.
595 O presidente Flávio Henrique de Souza agradeceu a presença
596 da Senhora Liliane Bernardes e pediu aos conselheiros do
597 CONADE que tivessem a intenção de fazer parte do comitê que
598 se pronunciassem. Demonstraram-se interessados a
599 conselheira Ana Beatriz The Praxedes, o Conselheiro Rubens
600 Gil Junior, o Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro, a
601 Conselheira Glauciane Costa Santana e o Conselheiro Filipe
602 Trigueiro Xavier. O Conselheiro Marco Antonio Castilho
603 Carneiro (Fenapestalozzi) lembrou à plenária que de acordo
604 com as normas os dois representantes teriam que ser da
605 sociedade civil, impossibilitando a indicação de Ana Beatriz
606 The Praxedes para compor o comitê na qualidade de
607 membro. Após realização de votação foi aprovado pela

608 plenária a indicação do Conselheiro Marco Antonio Castilho
609 Carneiro (Fenapestalozzi) e a conselheira Glauciane Costa
610 Santana (Fbasdown) para compor o comitê representando o
611 CONADE. Ana Beatriz The Praxedes (Repres. Cons
612 municipais) retomou a discussão com relação a indicação dos
613 nomes dos especialistas e se colocou a disposição para
614 participar do GT e indicou alguns nomes de
615 especialistas, bem como Isabel Maior, Maiara Rodrigues e
616 Doutor Miguel. Nada mais tendo a ser discutido o presidente
617 Flávio deu por encerrada a reunião.

618
619
620

621
622

19 de outubro de 2016

Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.

624 Da Associação Brasileira de Autismo; a titular Telma Maria Viga
625 de Albuquerque; da Associação Brasileira de Ostomizados; o
626 titular Rubens Gil Junior; da Associação de Pais, Amigos e
627 Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e
628 da Comunidade; a titular Lucia Maria Pereira Zacheu; o suplente
629 Francisco Djalma de Oliveira; da Associação Nacional dos
630 Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos
631 e Pessoas com Deficiência; o titular Waldir Macieira da Costa
632 Filho; da Central Única dos Trabalhadores; o titular Flávio
633 Henrique de Souza; da Confederação Nacional do Comercio; o
634 suplente Janilton Fernandes Lima; do Conselho Federal de
635 Engenharia e Agronomia; o titular Osvaldo Luiz Valinote; da
636 Federação da Associação de Renais e Transplantados do Brasil;
637 o titular João Adilberto Pereira Xavier; da Federação Nacional de
638 Educação e Integração dos Surdos; o suplente Filipe Trigueiro
639 Xavier Correia; da Federação Brasileira das Associações de
640 Síndrome de Down; a titular Glauciane Costa Santana; do
641 Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela
642 Hanseníase; a titular Lucimar Batista da Costa; da Federação
643 Nacional das Apaes; o titular Adinilson Marins dos Santos; o

644 suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Federação Nacional das
645 Associações Pestalozzi; o titular Marco Antônio Castilho
646 Carneiro; da Associação Brasileira de Rugby em Cadeiras de
647 Rodas; o titular Luís Claudio Alves Pereira; da Ordem de
648 Advogados do Brasil; o titular Joaquim Santana Neto; da
649 Organização de Cegos do Brasil; o suplente William Ferreira da
650 Cunha.

651 **Ausência Justificada:** Da Confederação Brasileira de Desporto
652 de Deficientes Visuais; o titular José Antônio Ferreira Freire; o
653 suplente Sandro Laina Soares; da Federação da Associação de
654 Renais e Transplantados do Brasil; a suplente Rosângela da
655 Silva Santos; da Organização de Cegos do Brasil; o titular Clovis
656 Alberto Pereira; da Organização de Cegos do Brasil; a titular
657 Carmem Lucia Lopes Fogaça;

658

659 **Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo.**

660 Da Casa Civil da Presidência da Republica; a titular Milena Souto
661 Maior de Medeiros; dos Conselhos Estaduais; a titular Maria
662 Helena Mozena; dos Conselhos Municipais; o suplente Sérgio
663 Luiz Celestino da Silva; do Ministério da Ciência e Tecnologia e
664 Inovação; a suplente Gianini Portela Parizocto; do Ministério da
665 Saúde; a suplente Flávio da Silva Tavares; do Ministério das
666 Comunicações; a titular Elza Maria Del Negro Barroso
667 Fernandes; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate
668 a Fome; a titular Niusarete Margarida de Lima; do Ministério do
669 Esporte; o titular Cláudio Luiz Pinheiro da Silva; do Ministério do
670 Trabalho e Emprego; Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti;

671 **Ausência Justificada:** Do Ministério da Educação; a titular
672 Patricia Neves Raposo; o suplente José Rafael Miranda; do
673 Ministério da Justiça; a suplente Magda Fernanda M. Fernandes;
674 do Ministério das Cidades; a suplente Carolina Moreira Barbosa
675 de Brito; do Ministério das Relações Exteriores; o titular Carlos
676 Fernando Gallinal Cuenca; o suplente Laura Berdine Santos
677 Delamonica; do Ministério dos Transportes; a suplente Ana
678 Cláudia Silveira Torres;

679
680 Ao décimo nono dia do mês de outubro do ano de dois mil e
681 dezesseis, reuniram-se no auditório da Secretaria
682 Especial de Direitos Humanos os conselheiros do
683 CONADE-Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
684 Deficiência. A fim de realizarem a centésima sexta reunião
685 ordinária do referido conselho. As conselheiras Niusarete
686 Margarida de Lima (MDS) e Conselheira Glauciane Costa
687 Santana (Fbasdown) realizaram a chamada governamental
688 e da sociedade civil respectivamente. O presidente Flávio
689 Henrique de Souza solicitou ao senhor José Carlos
690 (Conade), que preparasse um documento a respeito da
691 ausência dos interpretes contratados na plenária. O
692 conselheiro Waldir Macieira (Ampid), reforçou a questão da
693 acessibilidade, em especial com relação aos conselheiros com
694 deficiência auditiva e se comprometeu a elaborar um ofício
695 documentando a situação exposta. Dando continuidade à
696 reunião as convidadas Letícia Dantas e Emanuelle Lima da
697 Agência Nacional de Transportes Terrestres, iniciaram suas
698 falas informando que foram indicados pela ANTT para
699 responder o questionamento dos conselheiros, no entanto,
700 ressaltaram que pelo fato de serem indicadas em última hora
701 não prepararam qualquer apresentação porem se se colocaram
702 à disposição da plenária para responder os questionamentos
703 dos presentes acerca da fiscalização do transporte terrestre.
704 O Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
705 (Fenapestalozzi) fez um questionamento com relação ao
706 parecer técnico 002/2016 da Organização Nacional de Cegos
707 do Brasil, onde reforçou que a matéria é recorrente uma vez que
708 tem recebido denúncia de que as empresas de ônibus estão
709 usando de um artifício, segundo relatos, para impedir o
710 acesso de pessoas com deficiência ao uso da gratuidade,
711 transformando esses ônibus em outras modalidades, o
712 Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi)
713 lembrou ainda que esse parecer foi discutido na comissão de
714 políticas públicas onde foi aprovado o expediente de fazer um
715 novo expediente à ANTT. A pedido do presidente Flávio
716 Henrique de Souza, o Conselheiro Marco Antonio Castilho

717 Carneiro (Fenapestalozzi), procedeu com a leitura do Parecer
718 de número 002/2016 com referência ao passe livre, as pessoas
719 com deficiência comprovadamente carentes no sistema de
720 transporte coletivo interestadual de passageiros enviado pela
721 ONCB. Após a leitura o Presidente do Conade abriu as
722 inscrições para o debate. O Conselheiro Sergio Celestino
723 (repres. Suplente dos Cons. Municipais), informou que em
724 Santa Catarina além de estarem trocando as frotas de ônibus
725 convencionais para semileito estipularam também um horário
726 para o embarque das pessoas com deficiência. Em seguida a
727 palestrante Leticia (ANTT), informou ao plenário que a
728 ouvidoria também tem recebido esse questionamento,
729 esclareceu que tanto a troca dos veículos na resolução 4770 no
730 artigo 33, está falando que a frequência mínima dos mercados
731 solicitados deverá ser no mínimo de uma viagem semanal, por
732 sentido empresa e aí no parágrafo primeiro fala que existe um
733 cálculo a ser feito de acordo com a demanda, então de
734 acordo com a demanda daquele local a frequência mínima
735 vai ser maior ou vai ser no mínimo uma vez por semana, por
736 isso que eles estão dizendo que agora só tem uma opção de
737 fazer a viagem, no artigo 75 fala que até o dia 18 de junho de
738 2019 a autorizatória ficará obrigada a ofertar o serviço
739 convencional no mínimo na frequência estabelecida pela ANTT,
740 e no parágrafo segundo a autorizatória deverá oferecer no
741 serviço convencional as gratuidades e os serviços tarifário as
742 usuários, independentemente da categoria do ônibus utilizado,
743 então se o serviço que ele estiver prestando for um serviço
744 convencional, mesmo que ele esteja fazendo num leito,
745 semileito ou executivo, tem que ter a gratuidade, se ele tiver
746 executando um serviço que está lá no quadro de tarifas como
747 executivo, semileito ou leito aí não tem direito à gratuidade de
748 acordo com toda a legislação que a gente tem. Ponderou que
749 como fiscalizadora só pode se ater ao que está escrito e
750 sugeriu que esse parecer técnico seja enviado para a agência
751 para faça-se uma consulta ao PRG. A conselheira Ana Cláudia
752 do Ministério dos Transportes, solicitou à plenária que com
753 relação às demandas encaminhadas à ANTT ou ao ministério
754 dos transportes que ela ou o conselheiro Rodrigo Marques de

755 Oliveira fossem consultados antes para que pudessem dar um
756 melhor direcionamento e acompanhamento da solicitação
757 dentro do órgão em questão. A explanadora Emanuela disse
758 aos conselheiros que no site da ANTT qualquer um pode
759 consultar origem e destino que ele precisar e todos os
760 prefixos aparecem lá, no caso do beneficiário todos os prefixos
761 com o final 00 ele pode solicitar o benefício. Dando seguimento
762 à pauta, foi passado para a indicação dos membros técnicos
763 para a composição do comitê, como sugestão dos membros
764 dos conselhos foram apresentados os seguintes nomes de
765 especialistas: Izabel Maior, Naira Rodrigues, Miguel Abud, Ana
766 Beatriz The Praxedes, Vera Lúcia Mendes, Alcebíades Junior,
767 Geraldo Nogueira, Flávia Arruda e Maria José, o que foi
768 aprovado pela plenária após realização de votação. A
769 seguir os conselheiros votaram a antecipação da
770 centésima sétima reunião para os dias 28 e 29 de novembro
771 de 2016, o que foi aprovado, após votaram também a
772 confecção de uma cartilha contendo a convenção e a LBI, o
773 que também foi aprovado. Dando sequência à pauta, a
774 conselheira Fernanda Maria Di Cavalcanti (MT) fez a sua
775 explanação sobre o funcionamento da fiscalização do trabalho,
776 que segundo a mesma se organiza na questão da lei de
777 cotas. Em sua fala, Fernanda afirmou que a política de cotas é
778 restritiva e que pode ser até pensado em uma diferenciação
779 para o futuro. Após a apresentação da Fernanda as
780 conselheiras Milena Souto Maior de Medeiros (CC), Telma Viga
781 de Albuquerque e os conselheiros Felipe Trigueiro (Feneis) e
782 Francisco Djalma (Apabb), fizeram alguns questionamentos
783 acerca da temática. A conselheira Fernanda Maria Di
784 Cavalcanti (MT), respondeu a todos e convidou aos
785 presentes para o lançamento do estudo sobre o BPC. O
786 presidente Flávio Henrique de Souza falou aos presentes que o
787 debate sobre essa temática não se esgotava nessa reunião.
788 O conselheiro Paulo Sérgio (repres. Conselho de Joinville)
789 parabenizou a Conselheira Fernanda Maria por sua
790 apresentação e falou sobre as dificuldades encontradas com
791 relação à fiscalização do trabalho em Joinville. A conselheira
792 Glauciane Costa Santana, também prestou a suas contribuições

793 acerca do assunto. A Conselheira Fernanda Maria Di Cavalcanti
794 finalizou a sua explanação reafirmando o seu compromisso
795 com a acessibilidade, agradeceu a participação de todos e se
796 colocou à disposição para futuros esclarecimentos. No período
797 vespertino, o presidente Flávio Henrique de Souza (CUT) iniciou
798 a sessão passando a palavra para o conselheiro Luís Cláudio
799 Pereira (ABRC), para que este fizesse a sua apresentação
800 sobre uma reflexão acerca das paraolimpíadas. Ao longo de
801 sua explanação, Luís Cláudio Pereira, prestou alguns
802 esclarecimentos sobre os trâmites decorrentes das
803 paraolimpíadas e reforçou a necessidade do
804 CONADE se posicionar acerca de uma prestação de contas,
805 por parte da empresa realizadora do evento com relação aos
806 gastos e receitas oriundos da paraolimpíada. O presidente
807 Flávio Henrique de Souza prestou um relato sobre a sua
808 participação na paraolimpíada representando o CONADE e
809 realizou algumas percepções sobre o evento em si, disse ter
810 havido uma falta de articulação maior tanto do CONADE
811 quanto da secretaria em si, para que fosse realizada uma
812 divulgação acerca do conselho nacional da pessoa com
813 deficiência em um evento de tamanha importância para as
814 pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. O
815 Presidente Flávio Henrique de Souza, disse ainda
816 concordar com Luís Cláudio Pereira (ABRC), na elaboração de
817 um documento partindo do CONADE com vistas à cobrar essa
818 prestação de contas por parte da empresa organizadora. A
819 Conselheira Ana Beatriz The Praxedes, o Conselheiro Marco
820 Antonio Castilho e a Conselheira Glauciane Costa Santana
821 também prestaram suas contribuições sobre a temática em
822 questão. Conforme sugestão do presidente Flávio Henrique de
823 Souza, ficou acordado que o Conselheiro Luís Cláudio Pereira,
824 o Conselheiro Marco Antonio Castilho Carneiro
825 (Fenapestalozzi) e Conselheira Ana Beatriz The Praxedes, irão
826 elaborar um documento que trate do assunto abordado a ser
827 encaminhado à presidência ampliada, para que esta possa dar
828 o devido destino ao documento elaborado em nome do
829 CONADE. Dando prosseguimento à reunião, o Conselheiro
830 Marco Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) realizou sua

831 apresentação acerca da instituição a qual representa, a
832 Pestalozzi, o Conselheiro Marco Antonio Carneiro falou sobre o
833 histórico e o surgimento da instituição no mundo e no Brasil,
834 falou de seu criador, de seus principais trabalhos, da forma de
835 acesso, dos serviços oferecidos, das unidades existentes pelo
836 Brasil, dentre outros aspectos. Ao final de sua apresentação o
837 presidente Flávio Henrique de Souza o parabenizou e sugeriu à
838 plenária que fosse passado para a apresentação do doutor
839 Marconi Delmiro Neves da Silva, da Secretaria de Saúde do DF,
840 e que as intervenções referentes às duas apresentações
841 fossem realizadas ao final, o que aprovado pelos presentes.
842 Na sequência, o doutor Marconi Delmiro, coordenador de
843 serviço de fissuras lábio palatino da secretaria de saúde do
844 DF, iniciou sua apresentação falando aos conselheiros sobre o
845 seu trabalho no hospital, que consiste em ajudar a tratar
846 crianças com deformidades crânio faciais. Doutor Marconi
847 Delmiro falou de suas experiências ao longo do Brasil, em
848 determinadas regiões do norte do país, onde a questão cultural
849 das tribos indígenas sofrem interferência direta sobre o
850 problema apresentado, uma vez que, além das funcionalidades
851 orgânicas afetadas tem-se a exclusão social como fator
852 impactante na vida desses indivíduos em questão. Doutor
853 Marconi Delmiro realizou uma apresentação dinâmica, onde
854 por meio de fotos mostrou aos presentes as deformidades
855 referentes à fissura, fenda palatina e lábio leporino. Falou
856 ainda sobre a dificuldade encontrada pela família em dar
857 continuidade ao tratamento, uma vez que não recebem um
858 auxílio social e a grande maioria dessas famílias são muito
859 carentes, pois tem-se a desnutrição como uma das causas para
860 o surgimento da deformidade no período da gestação. Junto
861 ao doutor Marconi, estavam Tanandra, psicóloga da equipe do
862 Hospital Regional da Asa Norte e Liliane, enfermeira da referida
863 equipe que também prestaram as suas contribuições. A
864 apresentação do doutor Marconi Delmiro foi bastante elogiada
865 pelos conselheiros que se mostraram solidários à causa e se
866 comprometeram a levantar a bandeira das pessoas que
867 nascem com fissura, devido às inúmeras dificuldades que
868 essas possam vir a encontrar ao longo da vida. A conselheira

869 Ana Beatriz Ana Beatriz The Praxedes (Repres. Cons.
870 Municipais), sugeriu que o nome do doutor Marconi Delmiro
871 fosse acrescido à lista de especialistas para compor o comitê.
872 O presidente Flávio Henrique de Souza se comprometeu a
873 divulgar e a fazer a articulação em demais espaços
874 deliberativos, como o CONANDA (Conselho Nacional da
875 Criança e do Adolescente), o CNAS (Conselho Nacional de
876 Assistência Social), o CNS (Conselho Nacional de Saúde)
877 acerca da temática abordada pelo doutor Marconi Delmiro e a
878 equipe, inclusive para estarem presentes na próxima reunião
879 do CONADE, o que foi aceito por todos. Glauciane da
880 Costa Santana (Fbasdown) em sua fala reforçou que a
881 inclusão acontece em casa, se não acontecer em casa, não vai
882 acontecer na rua. O conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB)
883 parabenizou a Pestalozzi pelo brilhante trabalho que vem
884 realizando ao longo dos anos no Brasil. O conselheiro Luís
885 Cláudio Pereira (ABRC) e conselheira Fernanda Maria Di
886 Cavalcanti, fizeram um questionamento ao doutor Marconi
887 Delmiro com relação à estética dos pacientes com fissura, o
888 que foi devidamente respondido. O Conselheiro Marco
889 Antonio Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) agradeceu à
890 plenária pela oportunidade da apresentação e pediu licença
891 para se ausentar devido ao horário de seu voo. A conselheira
892 Milena Souto Maior de Medeiros (C. Civil) sugeriu que a
893 temática também fosse debatida com o conselho nacional de
894 políticas indigenistas, o presidente Flávio Henrique de Souza
895 disse que a ideia era realmente agregar outros responsáveis
896 pela política indígena à discussão, como a FUNAI também.
897 Tanandra e Liliane da Secretaria da Saúde do DF,
898 agradeceram pela oportunidade, se colocaram à disposição
899 para quaisquer esclarecimentos e convidaram os conselheiros
900 do CONADE para conhecerem o trabalho da equipe no
901 HRAN, e disseram estar à disposição para participarem de
902 futuras pautas. Doutor Marconi Delmiro também finalizou
903 sua apresentação agradecendo pela oportunidade em forma de
904 carinho e respeito por todos conselheiros presentes, reforçando
905 que a saúde é o bem maior que todos têm. Nada mais tendo a
906 ser discutido, o presidente Flávio Henrique de Souza deu por

907 encerrada a centésima sexta reunião ordinária do CONADE-
908 Conselho Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência.
909 Flávio Henrique de Souza